



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 
Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção das melhores propostas para Registro de Preços visando a futura e eventual contratação empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



EDITAL DE LICITAÇÃO

I. REGÊNCIA LEGAL Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 003/2023, Portaria Municipal nº 020/2026 e demais legislações aplicáveis à espécie.			
II. ÓRGÃO INTERESSADO Secretarias Municipais de Pintadas-Bahia.			
III. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2026		IV. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 MODO: ABERTO	
V. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço	VI. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global	VII. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada Por Preço Unitário	
VIII. Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção das melhores propostas para Registro de Preços visando a futura e eventual contratação empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.			
IX. LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E INÍCIO DA ABERTURA DO CERTAME Data: 01 de julho de 2026 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 11h do dia 17/06 às 09h do dia 01/07/2026 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 9h REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). LOCAL: SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br			
X. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Órgão: 03-04-05-06-07-08-09; Unidade: 0304 - 0405 - 0506 - 0607 - 0709 - 0810 - 0911; Projeto: 2073 - 2085/2011/2012/2016 - 2075 - 2083/2023/2028/2034/2031/2058 - 2081/2037/2038/2040/2041/2042 - 2077/1035/1036 - 2079; Elemento: 33.90.34/33.90.39; Fonte do Recurso: 15000000 - 15001001/15400000/15410000/15420000/15430000/15460000 - 15000000 - 15000000/16600000/16610000 - 15001002/16000000 - 15000000 - 15000000.			
XI. PRAZO DE VALIDADE: O prazo de validade é de 12 (doze) meses.			
XII. ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL E ACESSO NO SISTEMA OPERACIONAL a) As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pela COPEL, de segunda à sexta-feira, das 08 às 17 horas, presencial ou através de solicitação no e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br e através do sistema operacional https://licitanet.com.br/ . b) Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelos telefones: (34) 3014-6633 e (34) 9807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br .			
Pintadas – Bahia, 16 de junho de 2026. Edilaine Ribeiro Rios Assistente Administrativo Matrícula 1218			



XIII - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

13.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no LICITANET www.licitanet.com.br.

13.1.1 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

13.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

13.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

13.4 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

13.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

13.6 Não poderão participar desta licitação os interessados:

- I. Empresa suspensa temporariamente de participar de licitação e impedida de contratar com o órgão, nos termos do **art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133/21**, durante o prazo da sanção aplicada;
- II. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- III. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- IV. Quaisquer interessadas enquadradas nas vedações previstas no **art.14 da Lei Federal nº 14.133/21**;
- V. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento;
- VI. Pessoa jurídica que tenha como sócio aquele a quem foi dirigida as penalidades dos itens I e II, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;
- VII. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

13.7 Da Participação de Cooperativas:

- I. Será permitida a participação de sociedades cooperativas no presente certame, desde que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, bem como às disposições da Lei nº 12.690/2012, da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, comprovando sua regular constituição, funcionamento regular e aptidão para executar o objeto licitado.
- II. A participação de cooperativas fica condicionada à comprovação de que a execução dos serviços ocorrerá em conformidade com os princípios do cooperativismo, especialmente a autonomia dos cooperados, a autogestão, a inexistência de subordinação jurídica típica de vínculo empregatício e a prestação dos serviços de forma associativa, sem caracterização de intermediação irregular de mão de obra.
- III. As cooperativas deverão apresentar, quando exigido, documentação que comprove a regularidade do quadro social, a ata de constituição, estatuto social atualizado, registro nos órgãos competentes, bem como declaração formal de que os serviços serão executados exclusivamente por cooperados habilitados, observadas as qualificações técnicas exigidas no certame.
- IV. É vedada a utilização de cooperativas como mera fornecedora de mão de obra subordinada, ficando expressamente proibida a imposição de jornada controlada, subordinação hierárquica direta à Administração Pública ou à contratada, bem como qualquer prática que caracterize vínculo empregatício ou fraude à legislação trabalhista, nos termos da Lei nº 12.690/2012 e da jurisprudência consolidada dos tribunais superiores.
- V. A cooperativa contratada será integralmente responsável pela organização, coordenação e execução dos serviços, respondendo civil, administrativa e contratualmente pela adequada prestação do objeto, bem como pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais, tributárias e cooperativistas, sem transferência de responsabilidade à Administração Pública.
- VI. A Administração poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a execução contratual com o objetivo de verificar o cumprimento das normas cooperativistas e a inexistência de subordinação jurídica dos cooperados, podendo aplicar as sanções cabíveis e rescindir o contrato



caso sejam constatadas irregularidades, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- VII.** A admissão da participação de cooperativas visa ampliar a competitividade do certame, assegurar a isonomia entre os licitantes e promover o desenvolvimento econômico e social, desde que preservados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e proteção ao trabalho.

XIV - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

14.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e demais legislações aplicáveis à espécie.

14.2. A Administração Pública opta pela adoção da inversão das fases procedimentais no presente Pregão Eletrônico, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, realizando-se primeiramente a análise da habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e, posteriormente, o julgamento de sua proposta.

14.3. A medida mostra-se compatível com os princípios da eficiência, celeridade, economicidade e interesse público, considerando que a verificação prévia das condições de habilitação do licitante mais bem classificado permite à Administração assegurar, desde logo, a aptidão jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira da futura contratada.

14.4. A inversão das fases contribui para a racionalização dos atos processuais, evitando a prática de diligências e análises de propostas de licitantes que eventualmente não preencham os requisitos mínimos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

14.5. Além disso, a adoção do procedimento não compromete a competitividade, a isonomia entre os licitantes ou a seleção da proposta mais vantajosa, permanecendo assegurados todos os direitos ao contraditório, à ampla defesa e à interposição de recursos administrativos, na forma da legislação vigente.

14.6. Dessa forma, considerando a necessidade de maior eficiência procedimental e a busca pela adequada condução do certame, revela-se tecnicamente justificável e juridicamente possível a adoção da inversão das fases no presente procedimento licitatório.

XV - CREDENCIAMENTO

15.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

15.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

15.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

15.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

15.5 Os Licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

15.6 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>:

- a) O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- b) O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Pintadas-Bahia, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.
- c) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

15.7 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.



XVI – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e, se for o caso, a MARCA vedada a identificação do titular da proposta preenchida no sistema, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

16.2 A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

16.3 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO V (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas.

16.4 Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

16.5 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

16.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

16.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

17. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL: A proposta de preços inicial constitui peça fundamental do certame, devendo ser elaborada com absoluto rigor técnico e formal, observando-se minuciosamente todas as orientações a seguir estabelecidas, sendo que a inobservância de qualquer requisito acarretará a desclassificação sumária da licitante, sem possibilidade de saneamento posterior.

17.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico dos seguintes campos:

17.1.1 Valor unitário e total do item;

17.1.2 Modelo (se for o caso);

17.1.3 Marca (se for o caso).

17.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

17.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

17.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

17.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

17.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

17.7 CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: Deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente: identificação completa da licitante com razão social, CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefones e e-mail; referência expressa ao número do edital e processo; valor global da proposta em algarismos e por extenso, com no máximo duas casas decimais; prazo de validade mínimo de 120 dias; declaração de que o preço ofertado contempla todos os custos diretos e indiretos; dados bancários para eventual pagamento; identificação e qualificação completa do signatário com CPF e cargo; local, data e assinatura digital ICP-Brasil.

17.8 DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS TERMOS EDITALÍCIOS: Documento formal atestando expressamente que a licitante examinou detalhadamente o edital e todos os seus anexos, visitou ou declinou da visita técnica de forma consciente, conhece todas as condições locais para execução do objeto, analisou as planilhas e especificações técnicas, compreendeu a complexidade dos serviços, e concorda integralmente com todas as cláusulas estabelecidas, renunciando a qualquer questionamento posterior por desconhecimento.



17.9 DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE PROPOSTA: Manifestação inequívoca de que a empresa possui plena capacidade técnica e operacional para executar o objeto conforme especificado, que a proposta atende integralmente às exigências do edital quanto a quantitativos, qualidade e prazos, e que dispõe de estrutura administrativa, logística e gerencial adequada para cumprimento das obrigações assumidas.

17.10 DECLARAÇÃO DA INTEGRALIDADE DOS CUSTOS: Atestado conjunto firmado pelo representante legal e contador habilitado (com indicação do CRC), confirmando que a proposta contempla absolutamente todos os custos para execução do objeto, incluindo salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários, benefícios obrigatórios das convenções coletivas, vale-transporte, vale-refeição, uniformes, EPIs, ferramentas, supervisão, lucro e quaisquer outros necessários, ainda que não expressamente mencionados.

17.11 DECLARAÇÃO DO REGIME TRIBUTÁRIO: Documento técnico elaborado por profissional de contabilidade registrado, indicando com precisão o regime tributário atual da empresa (Simples Nacional, Lucro Real, Presumido ou Arbitrado), alertando expressamente que empresas do Simples Nacional deverão considerar sua exclusão obrigatória deste regime por vedação legal à atividade de cessão de mão de obra, com os reflexos tributários calculados na proposta.

17.12 DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA: Documento nos moldes da IN SLTI/MP nº 2/2009, declarando sob as penas do art. 299 do Código Penal que a proposta foi elaborada de maneira independente, sem conhecimento prévio de outras propostas, sem acordos ou combinações com concorrentes, que não tentou influenciar outros licitantes, e que o conteúdo não foi divulgado antes da abertura das propostas.

17.13 PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA: Demonstrativo analítico contendo: descrição de todas as categorias profissionais; quantidades de horas mensais; valores unitários por hora trabalhada; subtotaís por categoria; somatório dos custos diretos; percentual e valor do BDI aplicado; valor total mensal e anual; data-base dos preços; assinatura digital do responsável técnico. Os valores devem guardar perfeita correlação com as composições unitárias apresentadas.

17.14 COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS: Detalhamento minucioso para cada categoria profissional contendo: salário-base conforme convenção coletiva; adicional de periculosidade quando aplicável; encargos sociais discriminados; benefícios obrigatórios (plano de saúde, etc.); custos com uniformes e EPIs; ferramentas e equipamentos; treinamento e reciclagem; supervisão e administração; tributos incidentes; margem de lucro; preço final por hora.

17.15 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO: Programação detalhada contemplando: fase de mobilização com prazos para recrutamento, seleção e treinamento; distribuição mensal dos quantitativos durante a vigência contratual; eventuais sazonalidades identificadas; percentuais de desembolso mensal; marcos críticos de execução; plano de contingência para períodos de maior demanda; estratégia de desmobilização ao final do contrato.

17.16 COMPOSIÇÃO DO BDI DE MÃOS DE OBRA: Demonstrativo específico adequado à natureza dos serviços, vedada a utilização de parâmetros de obras, contendo: taxa de administração central; custos financeiros; seguros e garantias; margem de incerteza/risco; tributos sobre faturamento (PIS, COFINS, ISS); lucro empresarial. Cada componente deve ser tecnicamente justificado, com percentuais compatíveis com as práticas de mercado e acórdãos do TCU.

17.7 DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Memória de cálculo pormenorizada contemplando todos os encargos incidentes sobre a folha de pagamento, segregados em: Grupo A (encargos previdenciários e FGTS); Grupo B (13º salário, férias, adicional de férias, etc.); Grupo C (aviso prévio, auxílios e indenizações); Grupo D (incidências cumulativas); totalizando percentual final aplicável, com fundamentação legal e convencional para cada rubrica.

17.8 ASSINATURA DIGITAL ICP-BRASIL: Todos os documentos, sem exceção, deverão conter assinatura digital do representante legal ou procurador habilitado, com certificado válido emitido por Autoridade Certificadora credenciada, sendo automaticamente rejeitados documentos com assinatura digitalizada, escaneada ou sem certificação, devendo a licitante verificar previamente a compatibilidade de seu certificado com o sistema eletrônico utilizado.

17.9 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL:

- a) Serão liminarmente desclassificadas, sem análise de mérito, as propostas que não atenderem às exigências formais deste edital, incluindo: ausência de qualquer documento obrigatório; falta de assinatura digital válida; apresentação fora do prazo estabelecido;



identificação da licitante durante a fase sigilosa; divergências substanciais em relação aos modelos fornecidos; ou vícios formais que comprometam a compreensão inequívoca da oferta apresentada.

- b) Considerando a complexidade técnica das planilhas de composição de custos e a necessidade de análise acurada dos elementos que compõem a formação dos preços, o Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para realização de análise técnica especializada, designando nova data e horário para continuidade dos trabalhos, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mediante comunicação através do sistema eletrônico.
- c) A análise técnica aprofundada contemplará verificação pormenorizada de: adequação dos salários às convenções coletivas vigentes; correção dos percentuais de encargos sociais e trabalhistas; conformidade dos benefícios com as normas aplicáveis; razoabilidade dos custos com uniformes, EPIs e ferramentas; compatibilidade do BDI com os parâmetros de mercado; consistência matemática de todos os cálculos; e correlação entre planilha sintética e composições analíticas.
- d) Para aferição da exequibilidade das propostas, serão observados os parâmetros estabelecidos no art. 59 da Lei nº 14.133/2021, considerando-se manifestamente inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, presumindo-se, até prova em contrário mediante diligência, que tais propostas não garantem a adequada remuneração da mão de obra e o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- e) As propostas com valores globais inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do orçamento estimado, ainda que superiores ao limite de inexequibilidade presumida, deverão ser objeto de análise criteriosa quanto à sua viabilidade, podendo o Agente de Contratação exigir garantia adicional de até 10% (dez por cento) do valor contratual como condição para aceitação da proposta, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- f) O julgamento considerará o valor global da proposta como critério principal de classificação, porém serão analisados também os preços unitários de cada categoria profissional, podendo ser desclassificadas propostas que, embora apresentem valor global aceitável, contenham itens com preços unitários excessivos ou inexequíveis que comprometam o equilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato.
- g) Identificadas inconsistências sanáveis ou necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação poderá realizar diligências junto às licitantes, estabelecendo prazo razoável para apresentação de justificativas técnicas, memórias de cálculo adicionais ou documentos comprobatórios, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente da proposta ou alteração substancial das condições ofertadas.
- h) Serão desclassificadas as propostas que apresentem vícios insanáveis, assim considerados aqueles que impeçam o julgamento objetivo ou comprometam a futura execução contratual, incluindo: omissão de informações essenciais; divergências graves entre documentos; erros substanciais de cálculo não passíveis de correção; ausência de fundamentação para composição de custos; ou incompatibilidade com a legislação trabalhista e tributária vigente.
- i) Constituirá motivo de desclassificação a apresentação de proposta com valor global ou preços unitários superiores aos valores de referência da Administração, após o momento de sua divulgação conforme estabelecido na seção específica deste edital, ressalvada a possibilidade de negociação direta visando à adequação dos preços aos parâmetros aceitáveis, preservada a ordem de classificação.
- j) A aceitabilidade das propostas quanto aos aspectos técnicos será aferida mediante verificação de: compatibilidade integral com as especificações do Termo de Referência; atendimento aos quantitativos mínimos estabelecidos; observância dos parâmetros de produtividade fixados; adequação da estrutura organizacional proposta; e demonstração de capacidade operacional para início das atividades no prazo estipulado.
- k) As propostas que atenderem aos requisitos formais e materiais estabelecidos serão ordenadas de forma crescente segundo o critério de menor preço global, elaborando-se relatório circunstanciado com a classificação provisória das licitantes, identificação das propostas desclassificadas com os respectivos fundamentos legais e fáticos, e indicação daquelas aptas a prosseguir para a fase de lances.
- l) Todas as decisões relativas ao julgamento das propostas serão fundamentadas em parecer técnico elaborado por servidor competente, contendo análise objetiva de cada proposta, verificação do atendimento aos requisitos editalícios, exame da exequibilidade dos preços, identificação de eventuais vícios ou irregularidades, e conclusão motivada sobre a classificação ou desclassificação, garantindo-se a transparência e o controle dos atos administrativos.



- m) Do resultado do julgamento das propostas iniciais caberá manifestação motivada das licitantes através do sistema eletrônico, no prazo estabelecido pelo Agente de Contratação, sendo que a ausência de manifestação tempestiva importará preclusão do direito de questionar as decisões adotadas, prosseguindo-se o certame com as licitantes classificadas para a fase subsequente.

17.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

XVIII - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

18.1 O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

18.1.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.1.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

18.1.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

18.1.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor **global do lote**, (*critério definido no preâmbulo deste*).

18.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando as regras estabelecidas no Edital.

18.3 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

18.4 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

18.4.1 - Quando adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

18.4.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

18.4.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

18.4.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

18.4.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

18.4.6 Quando adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

18.4.7 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze minutos). Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

18.4.8 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

18.4.9 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

18.4.10 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.



18.4.11 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

18.4.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

18.4.13 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

18.4.14 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

18.4.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

18.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

18.6 No caso de desconexão com a Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

18.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>

18.8 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço/maior desconto por lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

18.9 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

18.10 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

18.11 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da **melhor proposta ou melhor lance** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

18.12 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

18.13 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

18.14 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

18.15 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

18.16 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

18.17 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

18.18 Quando os critérios de desempate previstos no art. 60 da lei nº 14.133/2021 não forem suficientes para resolver o empate o critério de desempate será o sorteio.

18.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

18.19.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



18.19.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2h (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

18.19.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

18.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

XIX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

19.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

19.1.1. SICAF;

19.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

19.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

19.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

19.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº3/2018, art. 29, caput)

19.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

19.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

19.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

19.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

19.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

19.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

19.6.1. contiver vícios insanáveis;

19.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

19.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

19.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

19.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

19.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

19.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

19.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

19.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

19.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

19.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



19.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

19.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

19.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

XX - DA HABILITAÇÃO

20.1 Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

20.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

20.1.3. Registro comercial ou documento equivalente, no caso de empresário individual;

20.1.4. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

20.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

20.1.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

20.1.7. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

20.1.8. documento de identificação do proprietário ou dos sócios da empresa licitante.

20.1.9. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

20.1.10. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante apresentação do cartão do CNPJ, extraído da internet;

20.1.11. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, do domicílio ou da sede da licitante, relativo à atividade objeto do certame;

20.1.12. Alvará de funcionamento da empresa licitante, dentro do prazo de validade;

20.1.13. prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

20.1.14. prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

20.1.15. é prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão de débitos relativos à créditos tributários e dívida ativa da união - CND, conforme Portaria 1.751, de 02/10/14 - SRCB/PGFN;

20.1.16. Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

20.1.17. comprovação de situação regular junto aos cadastros da administração pública, mediante apresentação da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

20.1.18. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas obtidas no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>;

20.1.19. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, disponível no endereço eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

20.1.20. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo fixado, deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

20.1.21. As ME/EPP deverão apresentar Declaração de Enquadramento, conforme modelo constante no ANEXO I deste edital, como também toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43 da LC nº 123/06.



20.1.22. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de ME/EPP será assegurado a estas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação e apresentação de novas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

20.1.23. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

20.1.24. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem “20.12.1”, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, sendo facultado à administração convocar as licitantes remanescentes para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

20.1.25. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

20.1.26. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

- I.** BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, composto obrigatoriamente por: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício - DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; Notas Explicativas; Termos de Abertura e Encerramento; e comprovação de registro ou autenticação na Junta Comercial ou órgão competente.
- II.** CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL do contador responsável pela elaboração do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando registro ativo e ausência de penalidades impeditivas ao exercício profissional, garantindo a fidedignidade e conformidade técnica dos documentos apresentados.
- III.** DEMONSTRAÇÃO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS mediante declaração firmada conjuntamente pelo representante legal e contador habilitado, com memória de cálculo detalhada, comprovando o atendimento aos seguintes parâmetros mínimos:
- IV.** ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) $\geq 1,00$ - calculado pela fórmula: $ILG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$, demonstrando capacidade de honrar todas as obrigações com os recursos disponíveis, exigência justificada pela necessidade de garantir solvência para pagamento de verbas trabalhistas e encargos que não admitem atrasos;
- V.** ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) $\geq 1,00$ - obtido através da fórmula: $ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$, evidenciando equilíbrio financeiro de curto prazo essencial para manutenção do fluxo de pagamentos mensais aos trabalhadores, considerando que 85% dos custos do contrato referem-se a obrigações de curtíssimo prazo;
- VI.** ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (ISG) $\geq 1,00$ - apurado pela fórmula: $ISG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$, comprovando que os ativos totais superam as obrigações, requisito fundamental para contratos de execução continuada que demandam estabilidade financeira prolongada;
- VII.** ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL (IEG) $\leq 0,50$ - calculado através da fórmula: $IEG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Ativo Total}$, limitando o comprometimento patrimonial em 50% para assegurar margem de segurança operacional e capacidade de absorver variações de custos sem comprometer a execução contratual.
- VIII.** ANÁLISE EVOLUTIVA DA SOLIDEZ FINANCEIRA através de parecer técnico elaborado por profissional de contabilidade, comparando os balanços patrimoniais dos dois últimos exercícios e demonstrando: evolução dos indicadores financeiros; variação do capital de giro; comportamento do endividamento; crescimento ou redução do patrimônio líquido; análise horizontal e vertical das principais contas; e conclusão fundamentada sobre a tendência de solidez ou deterioração da saúde financeira.
- IX.** INTERPRETAÇÃO SISTÊMICA DOS DADOS CONTÁBEIS contemplando contextualização setorial dos índices apresentados, identificação e quantificação dos principais riscos financeiros, análise da composição do endividamento entre curto e longo prazo, avaliação da qualidade dos ativos e sua liquidez efetiva, exame da capacidade de geração de caixa operacional, e parecer conclusivo sobre a adequação da estrutura financeira para suportar contrato de longo prazo com obrigações trabalhistas relevantes.
- X.** CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, abrangendo todos os cartórios distribuidores, ou certidão de distribuição cível quando não houver certidão específica, acompanhada de declaração emitida pelo Tribunal de Justiça informando quantos são os cartórios distribuidores.



- XI.** Para empresas em RECUPERAÇÃO JUDICIAL, será exigida certidão emitida pela instância judicial competente afirmando aptidão econômico-financeira para participar de licitações, acompanhada do plano de recuperação homologado judicialmente, demonstrativo de cumprimento das obrigações, e parecer técnico de profissional habilitado atestando viabilidade econômica para execução do contrato pretendido.
- XII.** COMPROVAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial já exigido, aplicável obrigatoriamente às licitantes que não atenderem a qualquer dos índices estabelecidos, configurando exigência alternativa que visa garantir lastro patrimonial mínimo para suportar eventuais desequilíbrios financeiros temporários.
- XIII.** Para empresas constituídas no exercício em curso, será aceito balanço de abertura devidamente registrado, acompanhado de balanço intermediário assinado por contador habilitado, demonstração de integralização do capital social e declaração do profissional contábil atestando a regularidade da escrituração e capacidade econômica para execução do objeto.
- XIV.** As demonstrações contábeis deverão estar assinadas digitalmente pelo representante legal da empresa e por contador habilitado, mediante certificação digital ICP-Brasil, contendo identificação completa dos signatários, sendo vedada apresentação de documentos com assinaturas digitalizadas, escaneadas ou sem a devida certificação eletrônica.
- XV.** Os valores constantes das demonstrações contábeis deverão estar expressos em moeda corrente nacional, sendo que empresas que utilizam padrões contábeis internacionais deverão apresentar as demonstrações convertidas para os padrões brasileiros, acompanhadas de nota técnica do auditor independente quando aplicável.
- XVI.** A comprovação de boa situação econômico-financeira será avaliada de forma objetiva através dos índices e documentos apresentados, sendo inabilitadas as licitantes que não atenderem a qualquer das exigências estabelecidas, ressalvada a possibilidade de comprovação de patrimônio líquido mínimo como condição alternativa exclusivamente para os índices contábeis.

20.1.27. HABILITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E PROFISSIONAL:

- I.** A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á à demonstração de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação dos documentos a seguir especificados, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e a proporcionalidade com a dimensão e complexidade do objeto.
- II.** Certificado de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Administração – CRA. Caso a licitante seja sediada em outro estado, deverá ser apresentado o registro secundário emitido pelos Conselhos do Estado da Bahia;
- III.** Certidão de Regularidade Profissional da Pessoa Física emitido pelo Conselho Regional de Administração – CRA. Caso a licitante seja sediada em outro estado, deverá ser apresentado o registro secundário emitido pelos Conselhos do Estado da Bahia
- IV.** Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Administração – CRA. Caso a licitante seja sediada em outro estado, deverá ser apresentado o registro secundário emitido pelos Conselhos do Estado da Bahia;
- V.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, mediante atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa Licitante presta ou vem prestando serviços que comprovem o desempenho de atividades similares ao objeto da licitação;
- VI.** Comprovação de capacidade técnica-profissional, mediante atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente cancelado(s) pelo CRA acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de RCA vigente(s) e Certidão(s) de Comprovação de Acervo Técnica, comprovando que o profissional responsável técnico presta ou vem prestando serviços que comprovem o desempenho de atividades similares ao objeto da licitação;
- VII.** Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021.
- VIII.** Não serão considerados os atestados emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, entendendo-se estas como aquelas que sejam controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que possua ao menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio desta. Não serão admitidos atestados emitidos pelo próprio licitante em seu nome.
- IX.** Comprovação de vinculação do(s) responsável(éis) técnico(s) devidamente reconhecido(s) pela entidade competente, integrante do quadro permanente da licitação, deve ser feita através da Certidão do CRA, acompanhado de:



- a) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;
- b) No caso de vínculo empregatício: cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo folhas que demonstrem o N° de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho em vigor, com a última alteração de salário;
- c) No caso de profissional autônomo: Contrato de Prestação de Serviço;
- d) O vínculo existente entre a empresa e o seu Responsável Técnico deverá ser anterior à data de publicação do aviso da presente licitação.
- X. Apresentar o PGR-Programa de Gerenciamento de Riscos da empresa;
- XI. Apresentar PCMSO-Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional da empresa.
- XII. Por tratar-se de serviços de natureza contínua, os atestados deverão comprovar obrigatoriamente a execução dos serviços por período mínimo de 3 (três) anos consecutivos, conforme estabelece o art. 67, §5º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser apresentados atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos para comprovação da experiência mínima exigida, desde que entre eles não haja intervalo superior a 1 (um) ano.
- XIII. Os atestados deverão conter obrigatoriamente: identificação completa do emitente com CNPJ, endereço e telefone; período de execução dos serviços com datas de início e término; descrição detalhada dos serviços executados; quantitativo de postos ou horas mensais; valor global do contrato; manifestação expressa quanto à qualidade dos serviços; data de emissão; identificação e assinatura do responsável; e “preferencialmente” estar acompanhados dos respectivos contratos.
- XIV. O Agente de Contratação poderá, a qualquer momento, realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, solicitando documentos complementares, confirmação junto aos emitentes ou visita técnica aos locais de execução dos serviços atestados.
- XV. Para atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, poderá ser exigida, durante o julgamento da habilitação, a apresentação de cópia autenticada do contrato de prestação de serviços correspondente, notas fiscais, comprovantes de pagamento ou outros documentos que corroborem as informações atestadas, conforme faculdade prevista no art. 67, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- XVI. INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO adequado e disponível para realização do objeto, mediante apresentação de relação nominal dos principais profissionais que integrarão a equipe, incluindo obrigatoriamente: 01 (um) Administrador devidamente registrado no CRA, que atuará como responsável técnico pela gestão de recursos humanos; 01 (um) Engenheiro Civil registrado no CREA, responsável pela supervisão dos serviços de construção civil; e 01 (um) Contador registrado no CRC, encarregado da gestão fiscal e trabalhista.
- XVII. QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA através de currículos resumidos, comprovação de vínculo profissional (carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou participação societária), certidões de registro nos respectivos conselhos profissionais em situação regular.
- XVIII. DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE E ANUÊNCIA de cada profissional indicado, com assinatura reconhecida ou certificação digital ICP-Brasil, comprometendo-se a participar efetivamente da execução dos serviços durante toda a vigência contratual, ciente de que sua substituição somente será admitida por profissional de qualificação equivalente ou superior, mediante prévia aprovação da Administração.
- XIX. RELAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS pelo licitante que importem diminuição da disponibilidade do pessoal técnico indicado, demonstrando capacidade operacional para assumir o presente objeto sem prejuízo de outras obrigações anteriormente contratadas, acompanhada de declaração formal de que possui condições de alocar todos os recursos necessários.
- XX. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO das condições locais para execução do objeto, firmada pelo representante legal, atestando ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, ou declaração de renúncia, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.
- XXI. INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E EQUIPAMENTOS adequados e disponíveis para realização do objeto, incluindo sede administrativa na região, estrutura de recursos humanos, sistemas informatizados de gestão, veículos para supervisão, equipamentos de comunicação e demais recursos materiais necessários à adequada prestação dos serviços.



- XXII.** Para atestados emitidos em língua estrangeira, deverá ser apresentada tradução para o português por tradutor juramentado, acompanhada de documentos que comprovem a autenticidade e apostilamento conforme Convenção de Haia, quando aplicável, mantendo-se a faculdade de diligência junto aos emitentes originais.
- XXIII.** É vedada a indicação de profissional que esteja cumprindo sanção de suspensão ou impedimento aplicada por conselho profissional competente, bem como daqueles que possuam vínculo de parentesco até terceiro grau com agentes públicos do órgão licitante, devendo tal condição ser declarada expressamente sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.

20.1.28. OUTROS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

20.1.28.1. Sob pena de inabilitação a licitante deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:

- a) Declaração de Desimpedimento de Licitar, conforme modelo constante no ANEXO II, deste edital, através da qual assevera, sob as penas da lei;
- b) que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas;
- c) que não existe fato impeditivo à sua habilitação nesta licitação, inclusive quanto as hipóteses de impedimento previstas no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) que não possui entre seus proprietários, nenhum agente público ou agente político do Município;
- e) que dispõe de condições e disponibilidade de pessoal para executar o objeto desta licitação, caso seja vencedora;
- f) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entregadas propostas;
- g) que tomou conhecimento de todas as informações relacionadas à este certame, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade do objeto, garantindo o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias;
- h) que cumpre todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal;
- i) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- j) que cumpre, em sua integralidade, os dispositivos da Lei Federal nº. 9854/99 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, no que se refere ao trabalho de menores.

20.1.29. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:

- a) se o proponente for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o proponente for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

20.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

20.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

20.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

20.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, sendo facultado a Administração a solicitação dos originais via correios a fim de comprovar a veracidade dos mesmos, a serem entregues na sede da Prefeitura Municipal de Pintadas-Bahia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



- 20.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 20.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 20.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 20.10.** A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 20.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 20.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 20.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 20.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 20.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de (02) duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 20.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 20.13.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 20.13.1.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 20.14.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 20.14.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 20.14.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 20.15.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 20.12.1.
- 20.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 20.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 20.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 20.20.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



XXI DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

21.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2h (duas horas), a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

21.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

21.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

21.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

21.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

21.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

21.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

21.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

21.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

21.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XXII DOS RECURSOS

22.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

22.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante: **22.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

22.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

22.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

22.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

22.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

22.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

22.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br.

XXIII DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

23.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

23.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

XXIV DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

24.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



XXV DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

25.3. O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante do **Anexo IV** deste edital.

25.4. O licitante declarado vencedor convocado para assinar o Termo de Contrato terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fazê-lo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

25.4.1. A convocação para assinatura do Termo de Contrato será feita/divulgada através de publicação no site www.pmpintadas.transparenciaoficialba.com.br;

25.4.1.1. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente, e se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, o termo será no último dia do mês em conformidade com o inc. III e § 3º do art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

25.4.2. O prazo será prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica, § 2º do art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

25.5. Caso o licitante declarado vencedor não compareça para assinar o contrato, até o último dia do prazo fixado no item anterior, decairá seu direito de contratação.

25.6. Para a assinatura do contrato o licitante declarado vencedor deverá ser representado por:

- a) Administrador que tenha poderes de gerência;
- b) Procurador munido de instrumento público de mandato, com poderes específicos para assinar o contrato.

25.7. A documentação legal exigida neste edital deverá estar válida na data da assinatura do contrato.

25.9. O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas neste edital para credenciamento.

XXVI DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

26.1 Os preços são fixos e irrevogáveis para o período de vigência contratual.

XXVII DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

27.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

XXVIII DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

28.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

XIX DO PAGAMENTO

29.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

XXX DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

30.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas com o CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA, no que couber às sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021, garantida a prévia e ampla defesa, ficando estabelecidas as seguintes penalidades, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas com o Município quando da contratação, a serem graduadas segundo a gravidade da infração:

30.1.1. Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

30.1.2. Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

30.2. São causas de descredenciamento do contratado a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital de Credenciamento do Município de Pintadas-Bahia, no Contrato de Credenciamento, ou ainda, a prática de atos que caracterizem má-fé em relação ao município, apuradas em processo administrativo.

30.2.1. Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

XXXI DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO:

- a) Como condição indispensável para assinatura do contrato, o licitante adjudicatário deverá apresentar PLANO DE TRABALHO detalhado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração, demonstrando de forma clara e objetiva sua estratégia operacional para execução integral dos serviços, compatibilidade com as exigências do Termo de Referência e capacidade efetiva de mobilização dos recursos necessários.
- b) A exigência do Plano de Trabalho justifica-se pela complexidade operacional inerente à gestão simultânea das diversas categorias profissionais previstas, bem como pela necessidade de verificação prévia da adequação entre a proposta apresentada e a realidade executiva das demandas municipais. O documento deverá comprovar a capacidade gerencial para a coordenação do volume total de horas mensais de serviços distribuído entre as funções listadas, garantindo que a transição operacional ocorra sem descontinuidade dos serviços essenciais prestados às Secretarias do município de Pintadas-Bahia.
- c) O Plano de Trabalho deverá contemplar obrigatoriamente CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DETALHADO contendo: fase de mobilização com prazos específicos para recrutamento, seleção e treinamento por categoria profissional; distribuição temporal das atividades durante os primeiros 90 dias; marcos críticos de implementação com datas precisas; estratégia de transição dos serviços atuais; plano de contingência para situações emergenciais; e cronograma de implantação dos sistemas de controle e gestão.
- d) Deverá constar PROGRAMA DE TRABALHO PORMENORIZADO especificando: metodologia operacional para cada categoria profissional; rotinas e procedimentos padronizados de execução; sistemática de supervisão e controle de qualidade; estrutura hierárquica com definição clara de responsabilidades; fluxogramas dos principais processos; protocolos de comunicação interna e com a Administração; e indicadores de desempenho propostos com metas progressivas.
- e) O documento incluirá DIMENSIONAMENTO DETALHADO DOS RECURSOS contemplando: quantitativo de profissionais por categoria e unidade de lotação; escala de trabalho com distribuição de turnos e folgas; relação nominal da equipe de supervisão e coordenação; inventário de uniformes, EPIs e ferramentas por categoria; equipamentos de apoio operacional disponíveis; estrutura administrativa de retaguarda; e capacidade de reposição imediata em casos de ausências.
- f) Serão estabelecidos PARÂMETROS OBJETIVOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO das obrigações contratuais, incluindo: índices de pontualidade e assiduidade esperados (mínimo 95%); tempo máximo de reposição de ausências (2 horas); prazo para atendimento de demandas extraordinárias (24 horas); percentual máximo aceitável de retrabalho (5%); meta de satisfação dos usuários (mínimo 85%); e critérios mensuráveis de qualidade para cada tipo de serviço.
- g) O Plano deverá demonstrar TOTAL COMPATIBILIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA através de: tabela de correspondência entre as exigências do TR e as soluções propostas; comprovação de atendimento integral aos requisitos técnicos; adequação dos recursos às demandas previstas; conformidade dos procedimentos com as normas aplicáveis; e declaração expressa de cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.



- h) Constará obrigatoriamente PLANO DE QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS detalhando: programa de integração inicial com carga horária mínima de 16 horas; conteúdo programático do treinamento por categoria profissional; cronograma de capacitações periódicas obrigatórias; metodologia de avaliação de aprendizagem; certificações específicas quando aplicáveis; programa de reciclagem e atualização continuada; e investimento previsto em desenvolvimento profissional.
- i) O documento técnico apresentado será objeto de ANÁLISE CRITERIOSA pela equipe de fiscalização designada, que emitirá parecer conclusivo em até 5 (cinco) dias úteis sobre: viabilidade técnica da proposta apresentada; adequação dos recursos aos objetivos pretendidos; consistência do cronograma com os prazos contratuais; suficiência das equipes dimensionadas; pertinência dos indicadores propostos; e recomendações de ajustes quando necessários.
- j) A aprovação do Plano de Trabalho poderá ser condicionada à realização de VISITA TÉCNICA DE VERIFICAÇÃO às instalações da empresa, objetivando constatar: existência efetiva da estrutura operacional declarada; disponibilidade dos recursos materiais indicados; capacidade instalada de gestão administrativa; sistemas informatizados de controle implantados; documentação comprobatória dos vínculos profissionais; e demais elementos que garantam a exequibilidade da proposta.
- k) Identificadas inconsistências sanáveis ou necessidade de complementações, será concedido prazo único de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de Plano de Trabalho Ajustado, incorporando as recomendações da equipe técnica, sendo que a não apresentação no prazo ou a manutenção de vícios insanáveis implicará impossibilidade de contratação e convocação do próximo classificado.
- l) O Plano de Trabalho aprovado tornar-se-á parte integrante do contrato administrativo, vinculando a Contratada ao cumprimento de todos os compromissos assumidos, metodologias propostas, prazos estabelecidos e metas definidas, constituindo referência obrigatória para a fiscalização contratual e eventual aplicação de sanções por descumprimento.
- m) Modificações posteriores no Plano de Trabalho somente serão admitidas mediante solicitação formal fundamentada, análise técnica da fiscalização, manutenção ou melhoria dos parâmetros originais, anuência expressa do Gestor do Contrato e formalização através de apostilamento, preservando-se o equilíbrio contratual e o atendimento ao interesse público.
- n) A não apresentação do Plano de Trabalho no prazo estabelecido, sua rejeição após análise técnica ou a constatação de inexecutabilidade durante a visita de verificação caracterizará descumprimento de condição essencial para contratação, autorizando a Administração a revogar a adjudicação, aplicar as sanções cabíveis e convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação.

XXXII DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA:

- a) Os serviços objeto desta licitação caracterizam-se como serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, configurando-se pela alocação de empregados em caráter permanente nas dependências da Administração Municipal, com dedicação integral de sua jornada de trabalho ao atendimento das necessidades do contratante, vedado o compartilhamento dos recursos humanos com outros tomadores de serviços.
- b) A dedicação exclusiva implica que os profissionais disponibilizados pela Contratada permanecerão à disposição nas unidades administrativas demandas municipais durante todo o horário contratado, executando exclusivamente as atividades determinadas pela Administração, utilizando uniformes, crachás e equipamentos que os identifiquem como prestadores de serviços terceirizados, sem configuração de vínculo empregatício com o ente público.
- c) É expressamente vedado à Contratada o compartilhamento ou realocação dos profissionais alocados neste contrato para atendimento de demandas de outros clientes durante o horário de trabalho contratado, bem como a utilização de materiais, equipamentos ou insumos fornecidos para execução deste contrato em outras prestações de serviços, caracterizando desvio de finalidade passível de aplicação de sanções contratuais.
- d) A Administração exercerá fiscalização rigorosa sobre a distribuição e controle dos recursos alocados exclusivamente para execução contratual, mediante verificação diária de frequência, conferência mensal das folhas de pagamento, análise dos comprovantes de fornecimento de benefícios e insumos, e confrontação entre os recursos faturados e efetivamente disponibilizados, visando garantir a exclusividade da prestação.
- e) Em razão da natureza dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação previdenciária vigente, e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, conforme entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho através da Súmula nº 331, quando comprovada a conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações.



- f) O pagamento mensal pelos serviços prestados ficará condicionado à comprovação da quitação integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relativas aos empregados alocados na execução contratual, mediante apresentação das guias de recolhimento, folhas de pagamento, comprovantes de depósito bancário e demais documentos exigidos pela fiscalização, sob pena de retenção do pagamento até regularização.
- g) Será implementado sistema de conta vinculada específica para provisionamento de valores relativos a férias, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa e encargos sobre férias e 13º salário, com depósitos mensais correspondentes aos percentuais incidentes sobre a remuneração dos empregados, gerida pela instituição financeira oficial e movimentável somente mediante autorização da Administração.
- h) Constatado o inadimplemento de verbas trabalhistas, contribuições previdenciárias ou para com o FGTS, a Administração poderá efetuar o pagamento direto aos empregados e aos órgãos competentes, descontando os valores correspondentes da fatura mensal da Contratada, sem prejuízo da aplicação de sanções contratuais e rescisão por inexecução, conforme autoriza o art. 121, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- i) Os valores depositados na conta vinculada são absolutamente impenhoráveis, não podendo ser objeto de penhora, arresto ou sequestro para pagamento de débitos de qualquer natureza da Contratada, destinando-se exclusivamente ao pagamento das verbas trabalhistas dos empregados alocados no contrato, constituindo patrimônio de afetação com destinação específica legalmente protegida.
- j) A Contratada deverá manter preposto permanentemente disponível durante o horário comercial, com poderes para solucionar questões administrativas e operacionais, substituir empregados, receber notificações e intimações, acompanhar fiscalizações e adotar providências imediatas para correção de irregularidades, facilitando a interlocução com a Administração e garantindo a continuidade dos serviços.
- k) É vedada a subordinação direta dos empregados da Contratada a servidores ou empregados da Administração, devendo as ordens de serviço, reclamações e solicitações serem direcionadas exclusivamente ao preposto ou encarregado designado, preservando-se a distinção entre gestão do contrato e comando direto sobre os trabalhadores terceirizados.

XXXIII DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

33.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, disposto no Art. 164 da Lei Federal 14133/2021 - Parágrafo único: A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

XXXIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

34.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

34.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

34.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

34.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

34.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

34.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

34.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

34.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

34.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
34.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no site www.pmpintadas.transparenciaoficialba.com.br e no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

XXXV Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- A. ANEXO I – Declaração Unificada;
- B. ANEXO II – Declaração ME/EPP;
- C. ANEXO III – Modelo de Proposta;
- D. ANEXO IV – Minuta de Contrato;
- E. ANEXO V – Termo de Referência;
- F. ANEXO VI – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços;
- G. ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Pintadas – Bahia, 16 de junho de 2026.

Edilaine Ribeiro Rios
Assistente Administrativo
Matrícula 1218



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A _____, sediada na _____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada legalmente pelo Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº _____ SSP/_____, inscrito(a) no CPF nº _____ **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como empresa de _____ nos termos do art. 39 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 49 do art. 39 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local de data

RAZÃO SOCIAL /CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

Em cumprimento ao Instrumento acima identificado, declaramos:

- Que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituída ou mantidas (art.185, III, da Lei Estadual no 9.433/05);
- Que não existe fato impeditivo à sua habilitação nesta licitação, inclusive quanto as hipóteses de impedimento previstas no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Que dispõe de condições e disponibilidade de pessoal para executar o objeto desta licitação, caso seja vencedora;
- Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- Que tomou conhecimento de todas as informações relacionadas a este certame, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade do objeto, garantindo o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias;
- Que cumpre todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que para os fins do disposto no I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, atendemos aos requisitos de habilitação, e responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- Que não possuímos em nosso quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Que para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021, não empregamos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento.
- Que ainda, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas legalmente, nos termos do sobredito diploma legal.

Local de data

RAZÃO SOCIAL /CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO DA EMPRESA

DECLARAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção das melhores propostas visando a futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de informática, especificamente tablets, destinados ao fortalecimento das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Saúde do Município de Pintadas-Bahia, com recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202428710016. A descrição detalhada, contendo as especificações do objeto está discriminada no TERMO DE REFERÊNCIA deste Instrumento Convocatório e deverá ser minuciosamente observada pela licitante quando da elaboração de sua proposta.

Item	Descrição/Especificação	Und.	Quant.	Vi. Unit. (R\$)	Vi Total (R\$)
VALOR GLOBAL					
VALOR GLOBAL: R\$ _____ (POR EXTENSO)					

A empresa **declara**, que estão inclusas no valor cotado todas as despesas sobre o objeto licitado (impostos, taxas, seguros, transportes).

Proposta de Preço: () Irreajustável () Reajustável

Validade da Proposta: _____ dias Do Julgamento: Menor Preço Global

Local de data

RAZÃO SOCIAL /CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO DA EMPRESA

Obs. 1.: Na apresentação da proposta a empresa deverá declarar a marca do(s) objeto(s) licitado, caso não o faça, a mesma ficará sob pena de desclassificação.

Obs. 2.: Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

TERMO DE CONTRATO Nº .../202__, QUE CELEBRAM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PINTADAS/BA E A
EMPRESA ...

O **MUNICÍPIO DE PINTADAS**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Sete de Setembro, nº 44, Centro, Pintadas - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 13.896.725/0001, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada pelo Chefe do Poder Executivo, **Sr. VALCYR ALMEIDA RIOS**, brasileiro, maior, capaz, portador da cédula de identidade RG nº 380.043.645 SSP/BA, CPF nº 356.144.635 -34, residente e domiciliado à rua Novo Horizonte, nº 214, Pintadas- Bahia e a **empresa/firma** _____, CNPJ nº _____, estabelecida à _____, _____, _____, _____ - _____, neste ato representada por _____, _____ o (a) Sr. (a) _____, portador (a) do CPF nº _____, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato para fornecimento, vinculado ao **Pregão Eletrônico Edital nº 012/2026 e Processo Licitatório 013/2026**, por sistema de registro de preços, Tipo MENOR PREÇO POR LOTE, que se regerá pelas suas normas, pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 003/2023, Portaria Municipal nº 020/2026 e demais legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de informática, especificamente tablets, destinados ao fortalecimento das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Saúde do Município de Pintadas-Bahia, com recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202428710016, conforme especificações e condições constantes do Edital e do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA

2.1. O prazo de execução do fornecimento/aquisição ora contrato é 05 (cinco) dias contados da emissão da Ordem de Compra, em remessa única, nos endereços designados pelo setor requisitante.

2.2. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

2.3. Os serviços serão prestados em data, horário e local a definir, de acordo à necessidade e solicitação do setor requisitante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor do contrato é de R\$ XXXX (XXXX).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 03-04-05-06-07-08-09; **Unidade:** 0304 - 0405 - 0506 - 0607 - 0709 - 0810 - 0911; **Projeto:** 2073 - 2085/2011/2012/2016 - 2075 - 2083/2023/2028/2034/2031/2058 - 2081/2037/2038/2040/2041/2042 - 2077/1035/1036 - 2079; **Elemento:** 33.90.34/33.90.39; **Fonte do Recurso:** 15000000 - 15001001/15400000/15410000/15420000/15430000/15460000 - 15000000 - 15000000/16600000/16610000 - 15001002/16000000 - 15000000 - 15000000.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. A prestação de serviço será recebida provisoriamente, de forma sumária, após a execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. O fornecimento do objeto contratado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. A prestação do serviço de fornecimento será recebida definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia

CNPJ: 13.896.725/0001-51

e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇO

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis por ter prazo inferior a 12 meses.

6.2. O preço poderá ser reajustado após **12 (doze) meses** contados da data de celebração deste ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

6.3. O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado após a data final da pesquisa de preço.

6.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.

6.5. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.11. Caso o contratado solicite revisão ou repactuação do valor contratado, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) para deferir ou indeferir o pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (DOZE) meses podendo ser prorrogado, nos termos dos art. nº 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- V. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- VI. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- VII. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia

CNPJ: 13.896.725/0001-51

e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



- VIII. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- IX. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- X. A Administração terá o prazo de 30 (trintas) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- XI. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA obriga-se a:

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- II. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- III. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- V. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- VI. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- VII. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- VIII. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- IX. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- X. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- XI. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).
- XII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).
- XIII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- XIV. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- XV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

- I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- II. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia

CNPJ: 13.896.725/0001-51

e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



- III. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)
- IV. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- V. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- VI. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- VII. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- VIII. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- IX. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- X. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- XI. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- XII. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- XIII. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- XIV. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- XV. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- XVI. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas com o credenciamento sujeitará o Credenciado, no que couber às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia e ampla defesa, ficando estabelecidas as seguintes penalidades, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas com o Município quando do credenciamento, a serem graduadas segundo a gravidade da infração:

14.1.1. Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.2. Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2. Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.1 Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal 14.133/2021 com as cominações inerentes, a inexecução contratual por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar a Autorização de Prestação de Serviços – APS;
 - II. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;
 - III. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- 14.2.** A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.
- 14.3.** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES, REPACTUAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- I. O contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo entre as partes, observados os limites e condições estabelecidos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitidas modificações para melhor adequação técnica, atualização tecnológica, adequação a normas supervenientes ou otimização da execução, desde que não descaracterizem o objeto original.
- II. As alterações unilaterais pela Administração limitar-se-ão a: modificações do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica; e acréscimos ou supressões quantitativas do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sendo os acréscimos limitados aos quantitativos máximos previstos no edital quando se tratar de registro de preços.
- III. As alterações por acordo entre as partes poderão ocorrer para: modificação do regime de execução em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos originais; modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes; e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.
- IV. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% do valor inicial atualizado, podendo as supressões ultrapassarem este limite mediante acordo entre as partes, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021, com pagamento proporcional pelos materiais já adquiridos ou serviços realizados.
- V. É vedada a celebração de termos aditivos que resultem na transfiguração do objeto originalmente contratado, caracterizada pela modificação essencial dos elementos que definiram a escolha da proposta vencedora, alteração substancial da natureza dos serviços ou inclusão de prestações não previstas que desvirtuem o escopo inicial da contratação.
- VI. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo mediante comprovação de eventos extraordinários, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem substancialmente as condições de execução, incluindo: criação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



ou majoração de tributos; alterações legislativas específicas; variações cambiais extremas; ou atos de autoridade que impactem diretamente os custos.

- VII.** A repactuação específica para adequação aos novos custos de mão de obra será processada mediante: solicitação formal da Contratada; apresentação da nova convenção coletiva; demonstrativo do impacto nos custos; análise pela fiscalização; e formalização por apostilamento quando envolver apenas variação de custos de mão de obra ou por termo aditivo quando alterar outras condições.
- VIII.** Qualquer alteração contratual deverá ser precedida de justificativa técnica e jurídica, análise de vantajosidade, manutenção das condições de habilitação, disponibilidade orçamentária quando implicar aumento de despesa, parecer jurídico quando necessário e autorização da autoridade competente, formalizando-se através de termo aditivo ou apostilamento conforme o caso.
- IX.** As alterações de valor contratual decorrentes de reajuste, repactuação, revisão de preços ou acréscimo/supressão do objeto deverão ser registradas por simples apostila quando não modificarem cláusulas contratuais, dispensando termo aditivo, incluindo-se nesta categoria as atualizações de dotação orçamentária e prorrogações previstas originalmente no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/2021, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ipirá-Bahia como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

18.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (TRÊS) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Pintadas-Bahia, ____ de _____ de 2026

Valcyr Almeida Rios

MP/PMP/CONTRATANTE

EMPRESA:

Representante Legal: _____ CPF nº _____

Testemunhas:

Assinatura: _____ CPF: _____

Assinatura: _____ CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

O presente Pregão tem por objeto suprir as necessidades do **Município de Pintadas-Bahia**, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da www.licitanet.com.br e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO.

1.1. Seleção das melhores propostas para Registro de Preços visando a futura e eventual contratação empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.1.1. As especificações técnicas, quantidades, condições comerciais e demais informações, encontram-se descritas neste Termo de Referência e demais anexos, que fazem parte integrante do edital independente de transcrição.

MOBILIÁRIO ESCOLAR						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VL. UNIT.	VL. MÊS	VL. ANO (12 meses)
1.	Serviço de alvenaria especializada	H/HM	1.200	16,47	19.760,00	237.120,00
2.	Serviço de apoio a administração	H/HM	2.000	16,27	32.533,33	390.400,00
3.	Serviço de auxiliar administrativo	H/HM	1.200	19,78	23.740,00	284.880,00
4.	Serviço de auxiliar para alvenaria	H/HM	1.200	16,92	20.300,00	243.600,00
5.	Serviço de condução de veículos leves	H/HM	1.200	20,37	24.440,00	293.280,00
6.	Serviço de condução de veículos pesados	H/HM	3.000	21,88	65.650,00	787.800,00
7.	Serviço de fiscalização de obras, serviços públicos e transportes	H/HM	1.000	20,22	20.216,67	242.600,00
8.	Serviço de higienização, manutenção e conservação.	H/HM	18.000	16,58	298.500,00	3.582.000,00
9.	Serviço de operação de máquinas pesadas	H/HM	1.200	21,88	26.260,00	315.120,00
10.	Serviço de preparação e distribuição de alimentos	H/HM	2.000	16,31	32.613,33	391.360,00
11.	Serviço de vigia em prédios públicos	H/HM	2.000	17,00	34.006,67	408.080,00
12.	Serviço técnicos de saúde	H/HM	4.000	20,03	80.133,33	961.600,00
13.	Articulador educacional	H/HM	12.000	16,32	195.800,00	2.349.600,00
						10.487.440,00
Valor Global: R\$ 10.487.440,00 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais).						

1.1.3 Estimativas de consumo de acordo com demanda do órgão participante;

1.1.4 Órgão participante nesse processo: Secretarias Municipais de Pintadas.

1.2 O objeto desta contratação é caracterizado como comum.

1.3 O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 A prestação de serviço é enquadrada como continuada tendo em vista que a ação se encontra no plano plurianual (PPA) 2022-2025.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

Justifica-se a contratação do objeto licitado, tendo em vista a necessidade em assegurar a continuidade do atendimento dos serviços, objeto dessa contratação de serviços terceirizados, visando a conservação do patrimônio público, além de oferecer condições de higiene e salubridade aos membros, servidores e demais usuários que frequentam.

Neste tocante, insta destacar a justificativa para subsidiar a presente contratação: A realização desses serviços de forma terceirizada torna-se necessária para preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada, vez que essa Administração Municipal não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos para o atendimento aos serviços requisitados.

Portanto, esta Administração Municipal, optou pela transferência à iniciativa privada da realização de serviços eminentemente acessórios e não ligados diretamente a atividade-fim deste Ente Estatal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



A principal missão das atividades meio e apoio operacional é garantir a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado) de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo a Administração Pública vem buscando, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus escassos recursos visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações. Essa difícil missão, muitas vezes, torna-se impossível de ser cumprida a contento, em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento das organizações, como é o caso dos serviços terceirizados que se pretende contratar.

Tendo em vista a busca da prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, as adequações dos atuais serviços são as metas visadas pela administração das atividades meio e apoio operacional, o que não seria possível sem a contratação de serviços especializados terceirizados.

Sendo assim, a terceirização dos referidos serviços tem sido o meio mais adequado para atingirmos a meta desejada, pois, busca-se desta forma o atendimento dos princípios da economicidade e eficiência, bem como, um elevado padrão na satisfação do interesse público.

Considerando as necessidades da prestação desses serviços à Administração, sua contratação poderá estender-se por mais de um exercício financeiro, aplicando-se, portanto, literalmente, o conceito de serviço continuado.

2.2 Justificativa do quantitativo:

2.2.1 As quantidades estimadas foram projetadas a partir de um levantamento das demandas históricas e de uma análise das necessidades futuras de cada pasta municipal, assegurando o dimensionamento mínimo necessário para a continuidade dos serviços públicos. O total de horas previsto corresponde à soma das necessidades mensais por categoria ao longo de um período de 12 (doze) meses. Ressalte-se que tais quantidades são estimativas e poderão sofrer ajustes durante a execução contratual, respeitados os limites legais, de acordo com a demanda efetiva da Administração.

2.2.2 A distribuição dessas horas contempla de forma integrada à Administração Pública municipal. Esta consolidação centralizada em um único instrumento contratual é estratégica, pois possibilita ganhos significativos de economia de escala, racionaliza a gestão administrativa e permite um aproveitamento mais dinâmico da mão de obra entre as diferentes frentes de serviços.

2.3 Justificativa da modalidade:

2.3.1 A seleção será baseada nos requisitos previstos neste termo de referência, atrelado a proposta mais vantajosa apresentada pela empresa, em conjunto com o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica exigidos e o processo deverá ser realizado através de pregão na forma eletrônica, pelo critério de julgamento menor preço global.

2.3.2 A presente licitação será processada mediante Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, considerando a impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser demandado pela Administração, a natureza continuada dos serviços que demandam contratações frequentes e a conveniência de entregas parceladas conforme necessidades operacionais variáveis ao longo do exercício, permitindo maior flexibilidade gerencial e economia processual através de procedimento licitatório único

2.4 Parcelamento ou não da solução:

2.4.1 A contratação dos serviços administrativos deverá ocorrer de forma integrada, por meio de um único contrato, tendo em vista que as atividades possuem características semelhantes, são executadas de maneira complementar e demandam gestão unificada da mão de obra.

2.4.2 O parcelamento da contratação poderia acarretar dificuldades na fiscalização contratual, aumento dos custos administrativos, sobreposição de responsabilidades entre contratadas distintas e riscos à continuidade dos serviços, comprometendo a eficiência operacional da Administração.

2.4.3 Além disso, a execução por uma única empresa favorece a padronização dos procedimentos, a substituição de profissionais quando necessário, a gestão dos encargos trabalhistas e o controle da qualidade dos serviços prestados.

2.4.4 Dessa forma, conclui-se que a adjudicação por lote único representa a alternativa mais vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços administrativos continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, visando atender às necessidades operacionais da Administração Pública Municipal.

3.2 Os serviços compreenderão a disponibilização de profissionais qualificados para execução de atividades de apoio administrativo, tais como serviço de alvenaria especializada, serviço de apoio à administração, serviço de auxiliar administrativo, serviço de auxiliar para alvenaria, serviço de condução de veículos leves, serviço de condução de veículos pesados, serviço de fiscalização de obras, serviços públicos e transportes, serviço de higienização, manutenção e conservação, serviço de operação de máquinas pesadas, serviço de preparação e distribuição de alimentos, serviço de vigia em prédios públicos, serviço técnicos de saúde e articulador educacional, e demais atividades correlatas necessárias ao funcionamento dos órgãos municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



3.3 A contratação abrangerá o fornecimento de toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, bem como a gestão administrativa dos empregados, incluindo recrutamento, seleção, contratação, capacitação, substituições, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações legais decorrentes da relação de trabalho.

3.4 A solução foi definida em razão da necessidade de garantir a continuidade, eficiência e padronização das atividades administrativas de apoio, permitindo que os servidores efetivos concentrem seus esforços nas atividades finalísticas e estratégicas da Administração, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população.

3.5 A execução dos serviços deverá observar os níveis de qualidade exigidos pela Administração, mediante fiscalização contratual, indicadores de desempenho e cumprimento das normas trabalhistas, previdenciárias, de saúde e segurança do trabalho, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

3.6 A presente solução mostra-se a alternativa mais vantajosa para assegurar o adequado funcionamento dos setores administrativos municipais, garantindo eficiência operacional, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

4. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

A presente contratação, por se referir primordialmente à prestação de serviços contínuos com fornecimento de mão de obra, não envolve de forma direta a execução de obras ou atividades com elevado potencial de degradação ambiental. Contudo, em estrita observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, procedeu-se à análise dos impactos indiretos, os quais foram classificados como de baixo impacto. Embora os impactos ambientais diretos desta prestação de serviço sejam classificados como baixos, a contratada deverá adotar boas práticas operacionais que minimizem impactos indiretos. A observância das normas de saúde ocupacional é reforçada aqui como um pilar de sustentabilidade social e responsabilidade corporativa.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2 A fim do atendimento do objeto da contratação, é necessário o cumprimento de requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021.

5.3 É exigido, conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68), todos da legislação (Lei Federal 14.133/2021).

5.4 Sendo assim, os documentos exigidos serão:

- a) Contrato social da empresa (todas as alterações ou última consolidação);
- b) Documento de Identificação do representante legal da empresa;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) Regularidade perante a Fazenda Federal;
- e) Regularidade perante a Fazenda Estadual
- f) Regularidade perante a Fazenda
- g) Regularidade perante a Caixa Econômica Federal
- h) Regularidade perante a Justiça do Trabalho
- i) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

6. Execução dos Serviços

Em estrita observância ao art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, os serviços serão prestados sob regime de dedicação exclusiva. Neste formato, os profissionais permanecem integralmente à disposição da Administração durante a jornada contratada, sendo vedado o compartilhamento da mão de obra com outros contratos de forma a não comprometer a execução das atividades locais. Ressalte-se que, embora os trabalhadores atuem nas dependências do Município, a empresa contratada mantém a responsabilidade exclusiva pela gestão de pessoal, não havendo, sob hipótese alguma, vínculo empregatício entre os colaboradores da contratada e o ente público municipal.

A execução ocorrerá de forma contínua e ininterrupta, atendendo às demandas das Secretarias por meio de ordens de serviço específicas que definirão os locais de trabalho e as metas a serem cumpridas. A prestação dos serviços poderá abranger prédios públicos, áreas urbanas e rurais, estradas vicinais, unidades de saúde e escolas, sempre respeitando a jornada legal de trabalho e os intervalos obrigatórios previstos na legislação.

Outros critérios a serem observados durante a execução dos serviços

6.4 A contratada assume exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, cumprindo todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



6.5 O fornecimento de todo o material necessário para execução dos serviços licitados, bem como a instalação completa dos serviços, considerando todos os profissionais necessários de acordo com o serviço, ficam a cargo do prestador, incluindo também a logística de atendimento considerando o perímetro urbano e a zona rural, conforme deliberação da ordem de serviço emitida com assinatura do fiscal do contrato;

6.6 A contratada deverá ainda:

6.6.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.6.2 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.6.3 Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outras que porventura passem a vigorar nas constâncias do Contrato.

6.6.4 Manter seus empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho;

6.6.5 Utilizar materiais e métodos adequados aos objetivos dos serviços a serem executados e às condições do local de implantação;

6.7 A Contratada é responsável por qualquer dano causado nos serviços, decorrente da execução logística, devendo realizar as devidas reposições, correções ou ressarcimento, sem custos para a CONTRATANTE.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento da Prestação de Serviços

8.1. A prestação dos serviços será recebida provisoriamente, de forma sumária, após a execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente para fins de liquidação, na forma desta seção.

8.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



8.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento.

8.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

8.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.16. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. Será vencedora a empresa que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, e atender a todas as exigências de habilitação deste.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 10.487.440,00 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais)**, conforme custos unitários.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.1.1 Órgão: 03-04-05-06-07-08-09; **Unidade:** 0304 - 0405 - 0506 - 0607 - 0709 - 0810 - 0911; **Projeto:** 2073 - 2085/2011/2012/2016 - 2075 - 2083/2023/2028/2034/2031/2058 - 2081/2037/2038/2040/2041/2042 - 2077/1035/1036 - 2079; **Elemento:** 33.90.34/33.90.39; **Fonte do Recurso:** 15000000 - 15001001/15400000/15410000/15420000/15430000/15460000 - 15000000 - 15000000/16600000/16610000 - 15001002/16000000 - 15000000 - 15000000..

12. DAS OBRIGAÇÕES

12.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

- I.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- II.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- IV.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- V.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- VI.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- VII.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- VIII.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- IX.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- X.** A Administração terá o prazo de 30 (trintas) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- XI.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, preposto ou subordinados.

12.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- I.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- II.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- III.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- IV.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- V.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- VI.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- VII.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- VIII.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- IX.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- X.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- XI.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- XII.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).
- XIII.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).
- XIV.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- XV.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- XVI.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

13. EXTINÇÃO CONTRATUAL:

- I.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para a tanto.
- II.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- III.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
 - a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
 - c) O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- IV.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- V.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



- VI. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- VII. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- VIII. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- IX. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- X. Indenizações e multas.
- XI. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. DOS CASOS OMISSOS:

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas código civil e na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. DAS ALTERAÇÕES:

- I. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- II. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- III. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. ENQUADRAMENTO LEGAL

16.1. A contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e demais legislações aplicáveis à espécie.

16.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n.123/2006.

16.3. O objeto deste Termo de Referência será realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação às especificidades da contratação.

Irenilde Rios de Almeida

Secretária Mul. de Governo e Adm. Financeira

DEC. 003 de 02 de janeiro de 2025

RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA: Com base nas justificativas técnicas e nos argumentos apresentados, aprovo este Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



ANEXO VI

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Processo Licitatório nº 017/2026		Pregão Presencial nº 013/2026
DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano de acordo coletivo, convenção coletiva ou cobrança normativa em dissídio coletivo.	
D	Nº de meses de execução	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo do Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da unidade de medida)
MÃO DE OBRA		
MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTES À MÃO DE OBRA		
1	Tipo de serviço (menos serviços com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	VALOR (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional Noturno	
D	Hora Noturna Adicional	
E	Adicional de Hora Extra	
F	Outros (especificar)	
Total de Remuneração		
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		
2	Benefícios Mensais e Diários	VALOR (R\$)
A	Auxílio Creche	
B	Assistência Médica e Familiar	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



C	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral	
D	Outros (especificar)	
Total dos Benefícios Mensais e Diários		
<i>Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).</i>		
MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS		
3	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Melhorias	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total dos Insumos Diversos		
<i>Nota: valores mensais por empregado</i>		
MÓDULO 4 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
Submódulo 4.1 – Encargos Previdenciários, FGTS e outras Contribuições		
4.1	Encargos Previdenciários, FGTS e outras Contribuições	Valor (R\$)
A	INSS	
B	SESI ou SESC	
C	SENAI ou SENAC	
D	INCRA	
E	Salário Educação	
F	FGTS	
G	Seguro Acidente de Trabalho	
H	SEBRAE	
Total		
<i>Nota 1: os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e o outras contribuições são aqueles estabelecidos pela lei vigente.</i>		
<i>Nota 2: percentuais incidentes sobre a remuneração</i>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rua 07 de setembro, nº 44-CEP: 44.610-000—Centro
Pintadas- Bahia
CNPJ: 13.896.725/0001-51
e-mail: licitacao@pintadas.ba.gov.br



ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**TERMO DE CONTRATO Nº .../202___, QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
PINTADAS/BA E A EMPRESA ...**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

Pintadas - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 13.896.725/0001, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada pelo Chefe do Poder Executivo, **Sr. VALCYR ALMEIDA RIOS**, brasileiro, maior, capaz, portador da cédula de identidade RG nº 380.043.645 SSP/BA, CPF nº 356.144.635-34, residente e domiciliado à rua Novo Horizonte, nº 214, Pintadas- Bahia e a **empresa/firma** _____, CNPJ nº _____, estabelecida à _____, _____, _____, _____, neste ato representada por _____, _____ o (a) Sr. (a) _____, portador (a) do CPF nº _____, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar a presente ATA para fornecimento, vinculado ao **Pregão Eletrônico nº 010/2026 e Processo Licitatório 012/2026**, por sistema de registro de preços, Tipo MENOR PREÇO POR LOTE, que se regerá pelas suas normas, pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e demais legislações aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Esta ATA tem como objeto a contratação empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares, conforme especificações e condições constantes do Edital e do Termo de Referência.

1.2. As partes resolvem registrar preços do lote abaixo especificado:

LOTE I	VALOR GLOBAL:
--------	---------------

1.3. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas quando da emissão da nota de empenho/pedido dos serviços.

1.9. Este instrumento tem prazo de vigência de 1 (um) ano, contados da data da última assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Pintadas-Bahia, ____ de ____ de 2026

Valcyr Almeida Rios

MP/PMP/CONTRATANTE

EMPRESA:

Representante Legal: _____ CPF nº _____

Testemunhas:

Assinatura: _____ CPF: _____

Assinatura: _____ CPF: _____